



PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XEXÉU

Exercício de 2017

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.035.636,16	4.240.885,16	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.195.011,47	6.951.116,23
<u>RECURSOS PRÓPRIOS</u>	0,00	0,04	<u>RECURSOS PRÓPRIOS</u>	0,00	3.528.614,58
ORDINARIO	0,00	0,04	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	2.925,69
<u>SAÚDE</u>	4.035.636,16	4.240.885,12	ORDINARIO	0,00	1.169.543,96
SAÚDE	4.035.636,16	4.240.885,12	SAÚDE	0,00	2.356.144,98
<u>RECURSOS ORDINÁRIOS</u>	0,00	0,00	<u>SAÚDE</u>	8.195.011,47	3.422.501,63
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.222.956,04	4.516.438,25	ORDINARIO	3.049.186,77	1.200,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	4.222.956,04	4.516.438,25	SAÚDE	5.145.824,70	3.421.301,63
REPASSE RECEBIDO	4.222.956,04	4.516.438,25	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	1.980,00
EXTRA-ORÇAMENTARIA	723.745,92	1.003.360,54	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>	0,00	1.980,00
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	337.960,08	657.257,39	REPASSE CONCEDIDO	0,00	1.980,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	228.312,15	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	925.226,64	1.767.291,93
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	337.960,08	428.945,24	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	619.910,76	1.409.440,49
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	376.366,28	335.185,10	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	224.177,15	443.526,35
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	25.822,15	18.242,73	RP PROCESSADOS PAGOS	395.733,61	965.914,14
INSS	184.096,06	143.759,31	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	289.506,28	345.592,03
ISS	6.089,54	4.843,70	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	23.629,52	19.174,94
PENSÃO ALIMENTÍCIA	881,40	881,40	INSS	111.286,05	158.128,04
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	486,00	494,70	ISS	5.533,79	4.843,70
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	149.083,73	160.123,31	PENSÃO ALIMENTÍCIA	881,40	881,40
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	9.907,40	6.839,95	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	301,00	291,80
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	9.419,56	10.918,05	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	139.592,76	157.358,80
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	9.419,56	10.918,05	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	8.281,76	4.913,35
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	1.163.752,33	123.456,54	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	15.809,60	12.259,41
<u>CONTA ÚNICA</u>	1.163.752,33	123.456,54	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	15.809,60	12.259,41
TOTAL	10.146.090,45	9.884.140,49	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	1.025.852,34	1.163.752,33
			<u>CONTA ÚNICA</u>	1.025.852,34	1.163.752,33
			<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	0,00	0,00
			TOTAL	10.146.090,45	9.884.140,49

PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XEXÉU

Exercício de 2017



2 of 2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

Documento Assinado Digitalmente por: VITORIA SANCHIA FERREIRA NUNES DE OLIVEIRA, EUDO DE MAGALHAES LYRA
Acesso em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b51ca38e-4db3-4fd7-a01b-ee6fa09859ed



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Saúde de Xexéu é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da saúde pública.

Criado oficialmente como Fundo por força da Lei Municipal nº 010/1993, O Fundo Municipal de Saúde surgiu inscrito sobre o CNPJ 11.289.929/0001-07, estando atualmente localizado na Rua Manoel Alves Cardoso, 33, bairro Sete de Setembro, Xexéu, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Saúde.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Xexéu integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo Municipal de Saúde, integrante do Orçamento da Seguridade Social.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei Nº 250/2013 de 14/11/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;

Lei Nº 276/2016 de 29/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;



Lei Nº 281/2016 de 29/11/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública – SCIP em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Crériterios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Crériterios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo



para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2016 não processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2016;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento de consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.035.636,16	39,78%
<u>ORDINÁRIO</u>	0,00	0,00%
<u>VINCULADO</u>	4.035.636,16	39,78%
Convênios	0,00	0,00%
	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%



FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	4.035.636,16	39,78%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	4.222.956,04	41,62%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	723.745,02	7,13%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.163.752,33	11,47%
TOTAL	10.146.089,55	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 4.035.636,16, equivalente a 39,78% do total, sendo a Receita Ordinária R\$ 0,00, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

No que tange à Receita Vinculada, que totalizou R\$ 4.035.636,16 já subtraídas as respectivas deduções, os recursos vinculados à Saúde são equivalentes à 41,62%.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.195.011,47	80,77%
<u>ORDINÁRIO</u>	3.049.186,77	30,05%
<u>VINCULADO</u>	5.145.824,70	50,72%
Convênios	0,00	0,00%
	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	5.145.824,70	50,72%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	925.226,64	9,12%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.025.852,34	10,11%
TOTAL	10.146.090,45	100,00%

A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 8.195.011,47, equivalente a 80,77% do total, sendo a Despesa Ordinária somou R\$ 3.049.186,77, ou seja, despesas empenhadas no exercício referente a recursos próprios.

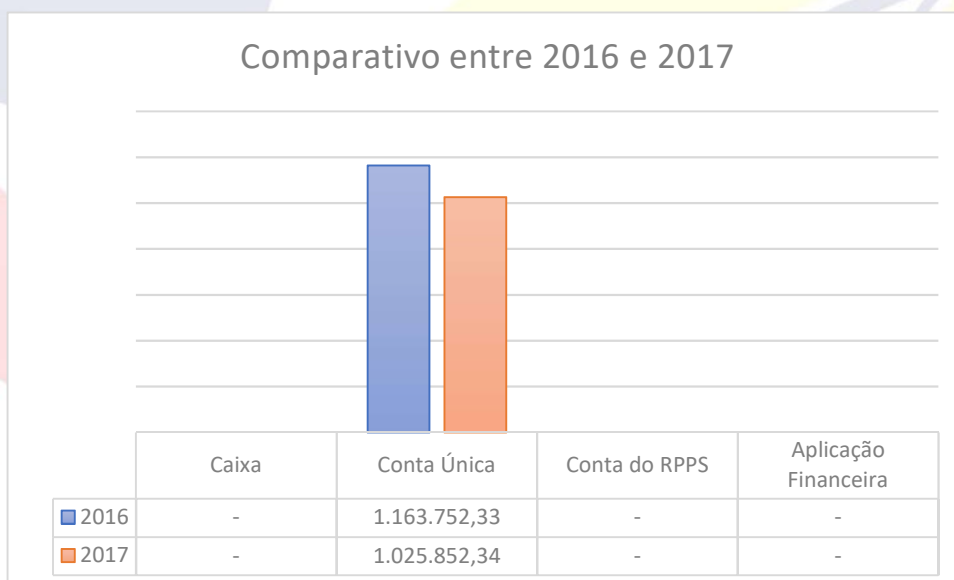
No que tange às Despesas Vinculada, que totalizou R\$ 5.145.824,70 os gastos vinculados à Saúde foram equivalentes a 50,72%.



Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2017 (ou final de 2016) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, término de 2017.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro conforme segue:



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

JITANA CARLA DA SILVA OLIVEIRA
 Secretária Municipal

JOVELINA QUITÉRIA SILVA DE LIMA
 Responsável pelo Controle Interno

VITÓRIA S. F. NUNES DE OLIVEIRA
 Contadora CRC PE nº 025912/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14.690.770,17	16.192.528,95	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	18.678.622,16	20.223.779,19
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>	<u>0,00</u>	<u>44.819,68</u>	<u>RECURSOS PRÓPRIOS</u>	<u>0,00</u>	<u>29.426,95</u>
EDUCAÇÃO	0,00	44.819,68	EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	8.463,98
<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>1.376.553,39</u>	<u>1.800.940,31</u>	ORDINARIO	0,00	20.962,97
EDUCAÇÃO	1.376.553,39	1.800.940,31	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>	<u>0,00</u>	<u>131.462,63</u>
<u>FUNDEB</u>	<u>13.314.216,78</u>	<u>14.346.768,96</u>	EDUCAÇÃO	0,00	131.462,63
EDUCAÇÃO-FUNDEF	13.314.216,78	14.346.768,96	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>1.736.141,86</u>	<u>5.443.024,28</u>
<u>RECURSOS ORDINÁRIOS</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	EDUCAÇÃO	820.431,36	4.445.701,54
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.585.555,00	2.929.708,10	EDUCAÇÃO-FUNDEF	63.632,42	997.322,74
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>3.585.555,00</u>	<u>2.929.708,10</u>	ORDINARIO	852.078,08	0,00
REPASSE RECEBIDO	3.585.555,00	2.929.708,10	<u>FUNDEB</u>	<u>16.942.480,30</u>	<u>14.619.865,33</u>
EXTRA-ORÇAMENTARIA	3.651.520,26	5.168.194,92	EDUCAÇÃO	545.791,37	34.528,00
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>765.644,37</u>	<u>2.606.916,77</u>	EDUCAÇÃO-FUNDEF	13.658.432,45	14.585.337,33
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	1.699.256,89	ORDINARIO	2.738.256,48	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	765.644,37	907.659,88	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.300.050,63	4.254.181,93
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>2.821.980,15</u>	<u>2.513.604,06</u>	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>732.386,98</u>	<u>1.646.744,68</u>
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	246.239,56	131.234,42	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	86.685,20	594.925,03
INSS	1.252.758,45	1.086.490,71	RP PROCESSADOS PAGOS	645.701,78	1.051.819,65
ISS	6.802,56	59.055,28	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>2.499.602,22</u>	<u>2.558.133,20</u>
PENSÃO ALIMENTÍCIA	12.992,04	12.977,28	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	245.974,36	110.361,74
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	6.494,00	7.168,60	INSS	1.159.575,16	1.068.201,12
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.268.581,71	1.170.613,10	ISS	10.585,06	59.460,99
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	28.111,83	46.064,67	PENSÃO ALIMENTÍCIA	12.992,04	13.002,08
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>63.895,74</u>	<u>47.674,09</u>	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	3.761,50	7.728,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	43.281,08	34.129,18	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.038.710,16	1.251.725,14
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	20.614,66	12.075,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	28.003,94	47.654,13
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	1.469,91	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>68.061,43</u>	<u>49.304,05</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	319.128,97	506.658,12	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	42.231,83	37.229,05
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>319.128,97</u>	<u>506.658,12</u>	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	25.829,60	12.075,00
TOTAL	22.246.974,40	24.797.090,09	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	268.301,61	319.128,97
			<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>268.301,61</u>	<u>319.128,97</u>
			<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME



2 de 2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			TOTAL	22.246.974,40	24.797.090,00

Documento Assinado Digitalmente por: VITORIA SANCHIA FERREIRA NUNES DE OLIVEIRA, EUDO DE MAGALHAES LYRA
 Acesso em: https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc:seam Código do documento: b51ca38e-4db3-4fd7-a01b-ee6fa09859ed



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Educação de Xexéu é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Educação pública.

Criado oficialmente como Fundo por força da Lei Municipal nº 252/2013, O Fundo Municipal de Educação surgiu inscrito sobre o CNPJ 19.614.772/0001-47, estando atualmente localizado na Av. Floriano Gonçalves de Lima, 104, Centro, Xexéu, representando entidade na administração pública referido município, sendo a sede na Secretaria de Educação.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Xexéu integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo Municipal de Educação, integrante do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei Nº 250/2013 de 14/11/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;

Lei Nº 276/2016 de 29/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei Nº 281/2016 de 29/11/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício de 2017;



Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública – SCIP em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Crítérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Crítérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por



decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2016 processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

Crítérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2016;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento de consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14.690.770,17	66,03%
<u>ORDINÁRIO</u>	0,00	0,00%
<u>VINCULADO</u>	14.690.770,17	66,03%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	13.314.216,78	59,85%
Educação	1.376.553,39	6,19%



Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	3.585.555,00	16,12%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.651.520,26	16,41%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	319.128,97	1,43%
TOTAL	22.246.974,40	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 14.690.770,17, equivalente a 66,03% do total, sendo a Receita Ordinária R\$ 0,00 ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

No que tange à Receita Vinculada, que totalizou R\$ 14.690.770,17 já subtraídas as respectivas deduções, os recursos mais significativos foram vinculados aos Programas da Educação e ao FUNDEB, que são equivalentes à 66,03%.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	18.678.622,16	83,96%
<u>ORDINÁRIO</u>	3.590.334,56	16,14%
<u>VINCULADO</u>	15.088.287,60	67,82%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	13.722.064,87	61,68%
Educação	1.366.222,73	6,14%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.300.050,63	14,83%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	268.301,61	1,21%
TOTAL	22.246.974,40	100,00%

A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 18.678.622,16, equivalente a 83,96% do total, sendo a Despesa Ordinária somou R\$ 3.590.334,56, ou seja, despesas empenhadas no exercício referente a recursos próprios.

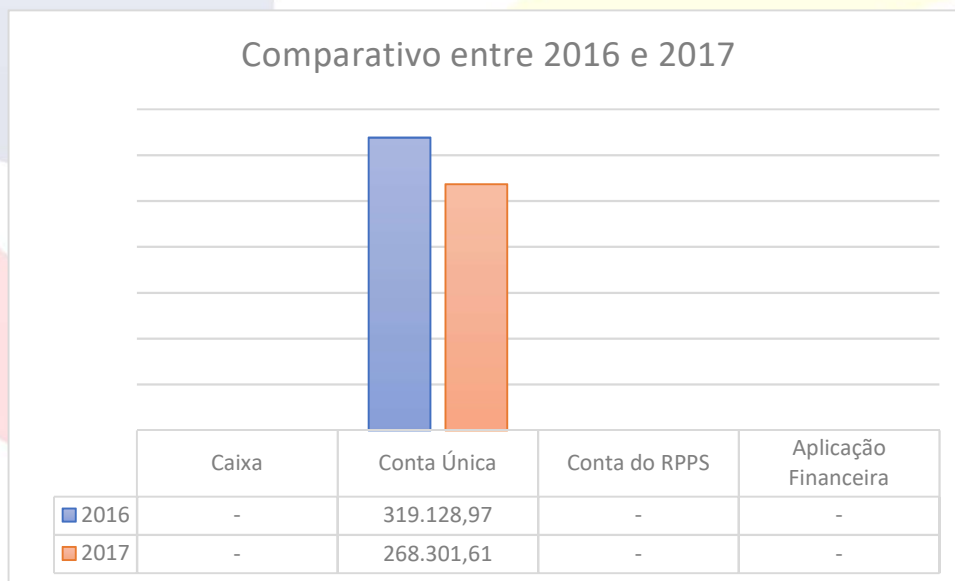
No que tange às Despesas Vinculada, que totalizou R\$ 15.088.287,60 os gastos vinculados à Educação foram equivalentes a 67,82%.



Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2017 (ou final de 2016) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, término de 2017.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro, conforme segue:



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

Antonino Matias Gomes do Nascimento
 Gestor do Fundo Mun. De Educação

JOVELINA QUITÉRIA SILVA DE LIMA
 Responsável pelo Controle Interno

VITÓRIA S. F. NUNES DE OLIVEIRA
 Contadora CRC PE nº 025912/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



1 de 1

ISOLADO:5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	519.720,85	447.204,43	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	733.262,88	664.921,98
<u>ASSISTÊNCIA</u>	<u>519.720,85</u>	<u>447.204,43</u>	<u>RECURSOS PRÓPRIOS</u>	<u>0,00</u>	<u>432.680,75</u>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	519.720,85	447.204,43	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	318.014,75
<u>RECURSOS ORDINÁRIOS</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	ORDINARIO	0,00	114.666,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	284.010,72	515.660,00	<u>ASSISTÊNCIA</u>	<u>733.262,88</u>	<u>232.241,23</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>284.010,72</u>	<u>515.660,00</u>	ASSISTÊNCIA SOCIAL	344.289,67	232.241,23
REPASSE RECEBIDO	284.010,72	515.660,00	ORDINARIO	388.973,21	0,00
EXTRA-ORÇAMENTARIA	65.739,22	32.876,49	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	28.475,29	306.074,32
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>37.013,70</u>	<u>5.035,09</u>	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>3.716,24</u>	<u>275.159,44</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	37.013,70	5.035,09	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	25.580,00
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>26.182,91</u>	<u>25.291,38</u>	RP PROCESSADOS PAGOS	3.716,24	249.579,44
INSS	24.111,99	20.936,40	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>22.047,37</u>	<u>28.277,38</u>
ISS	95,00	0,00	INSS	19.952,53	23.709,72
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	336,00	347,70	ISS	95,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.639,92	4.007,28	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	196,00	259,80
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>2.542,61</u>	<u>2.550,02</u>	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.803,84	4.307,86
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	2.542,61	2.550,02	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>2.711,68</u>	<u>2.637,50</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	102.618,19	77.873,57	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	2.711,68	2.637,50
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>102.618,19</u>	<u>77.873,57</u>	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	210.350,81	102.618,19
TOTAL	972.088,98	1.073.614,49	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>210.350,81</u>	<u>102.618,19</u>
			<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
			TOTAL	972.088,98	1.073.614,49

Documento Assinado Digitalmente por: VITORIA SANCHI FERREIRA NUNES DE OLIVEIRA. EUDO DE MAGALHAES LYRA
 https://epec.fcp.gov.br/emp/validar.do?assinador=5101b-ee6fa09859ed



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Xexéu é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Assistência Social pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal Nº 062/1997, O Fundo Municipal de Assistência Social surgiu inscrito sobre o CNPJ: 11.993.316/0001-48, estando atualmente localizado na Av Floriano Gonçalves de Lima, 01, Centro de Xexéu, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Assistência Social.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Xexéu integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo Municipal de Saúde, integrante do Orçamento da Seguridade Social.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei Nº 250/2013 de 14/11/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;

Lei Nº 276/2016 de 29/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;



Lei nº 281/2016 de 29/11/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública – SCIP em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Crítérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Crítérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo



para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2016 não processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2016;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento de consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	519.720,85	53,46%
<u>ORDINÁRIO</u>	0,00	0,00%
<u>VINCULADO</u>	519.720,85	53,46%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	519.720,85	53,46%



FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	284.010,72	29,22%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	65.739,22	6,76%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	102.618,19	10,56%
TOTAL	972.088,98	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 519.720,85, equivalente a 53,46% do total, não tendo Receita Ordinária, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

No que tange à Receita Vinculada, que totalizou R\$ 519.720,85 já subtraídas as respectivas deduções, os recursos mais significativos foram vinculados aos Programas do FNAS, que são equivalentes à 53,46%.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	733.262,88	75,43%
<u>ORDINÁRIO</u>	388.973,21	40,01%
<u>VINCULADO</u>	344.289,67	35,42%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	344.289,67	35,42%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	28.475,29	2,93%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	210.350,81	21,64%
TOTAL	972.088,98	100,00%

A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 733.262,88, equivalente a 75,43% do total, sendo a despesa Ordinária somou R\$ 388.973,21, ou seja, despesas empenhadas no exercício referente a recursos próprios.

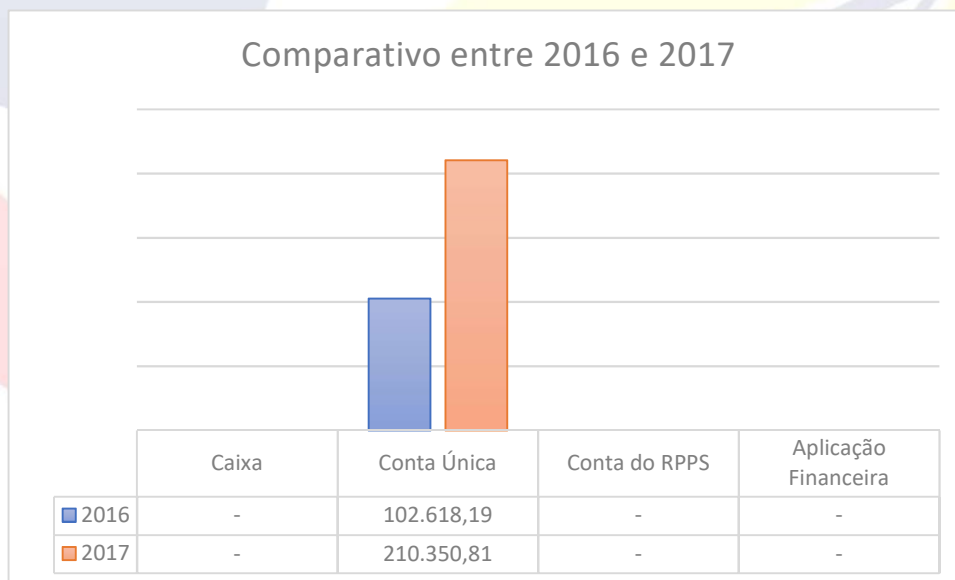
No que tange às Despesas Vinculada, que totalizou R\$ 344.289,67 os gastos vinculados à Assistência Social foram equivalentes a 35,42%.



Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2017 (ou final de 2016) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, término de 2017.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro conforme segue:



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

MARIA DE FÁTIMA DE BARROS
Gestora do Fundo Mun. de Ass. Social

JOVELINA QUITÉRIA SILVA DE LIMA
Responsável pelo Controle Interno

VITÓRIA S. F. NUNES DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 025912/O-0